

UM FANTASMA ASSOMBRA A CIÊNCIA, O FANTASMA DA PIRATARIA: análise do uso e das representações de meios ilegais de acesso à literatura científica na CONICET (Argentina)¹

A spectre is haunting science, the spectre of piracy: Analysis of the use and representations of the illegal ways of access to scientific literature in CONICET (Argentina)

**Mariano Zukerfeld,
Santiago Liaudat,
María Sol Terlizzi,
Carolina Monti,
Carolina Unzurrunzaga²**

¹ Tradução do artigo originalmente em espanhol “*Un fantasma recorre la ciencia, el fantasma de la piratería: análisis del uso y las representaciones de las vías ilegales de acceso a la literatura científica en el CONICET (Argentina)*”, realizada por Bibiana Biscaia Virtuoso e Marcelle Cortiano, mestres em Direito (UFPR) e pesquisadoras do GEDAI-UFPR.

² **Mariano Zukerfeld:** Pesquisador do CONICET. Doutor em Ciências Sociais (FLACSO Argentina), Mestre em Ciência Política e Sociologia (FLACSO Argentina) Bacharel em Sociologia (UBA). Professor do Mestrado em Propriedade Intelectual da FLACSO Argentina, do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UNQ e da Faculdade de Ciências Sociais da UBA. Seus últimos livros são Profit for free: Corporate Capitalism’s use of openness (Palgrave MacMillan, 2020), Knowledge in the Age of digital capitalista (University of Westminster Press, 2017). CONICET/e-TCS/CCTS/Umai. Correo: marianozukerfeld@gmail.com. **Santiago Liaudat:** Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UNQ). Professor de Filosofia (UNLP). Investigador do Laboratório de Estudos em Cultura e Sociedade (LECyS-FTS-UNLP). LECYS/FTS/UNLP. Email: santiago.liaudat@gmail.com. **María Sol Terlizzi:** Professora de Filosofia (UBA). Mestre em Propriedade Intelectual (FLACSO). Coordenadora acadêmica do Mestrado em Propriedade Intelectual da FLACSO Argentina. Professora e pesquisadora do programa Direito e Bens Públicos e do Programa de Bioética (FLACSO Argentina). Professora da Universidade Nacional de La Matanza e da Universidade Nacional de Lanús. FLACSO/UNLaM. E-mail: sterlizzi@flacso.org.ar. **Carolina Monti:** CONICET. Instituto de Limnologia Dr. Raúl a. Ringuet (CONICET-UNLP) Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade (Universidade Nacional de Quilmes). Licenciada em Comunicação Audiovisual (Universidade Nacional de La Plata-UNLP) e em Biblioteconomia e Ciência da Informação (UNLP). Diploma Avançado em Comunicação Pública da Ciência (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires-UNICEN). <https://orcid.org/0000-0002-8126-3712> E-mail: cmonti@conicet.gov.ar. **Carolina Unzurrunzaga:**

RESUMO:

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada entre pesquisadores da Argentina sobre os diferentes tipos de acesso à literatura científica, as motivações para o uso da via ilegal, as representações sobre legalidade e correção moral no acesso aos artigos científicos e à ligação entre produtividade e vias de acesso. Ele oferece evidências empíricas de um uso massivo e generalizado de acesso ilegal à literatura científica entre os entrevistados. Dentre as constatações mais notáveis, destaca-se, por um lado, que o uso da modalidade ilegal de acesso não suplanta, mas coexiste com o uso dos canais legais. Por outro lado, há um distanciamento marcante entre a representação quanto à legalidade e a correção quanto ao acesso e divulgação da literatura científica protegida por direitos autorais. Terceiro, as motivações que explicam o uso massivo de canais ilegais combinam aspectos práticos e avaliativos, como a impossibilidade de acesso de outra forma e a facilidade de uso diante dos serviços legais e a rejeição do mercado editorial em torno da literatura científica.

Palavras-chave: literatura científica; via ilegal; Sci-Hub; traduções não pagas.

ABSTRACT:

This article presents the results of a survey carried out among researchers from Argentina on the different types of access to scientific literature, the motivations for using the illegal via, representations on legality and moral correctness in access to scientific articles, and the link between productivity and access vias. It offers empirical evidence of a massive and widespread use of illegal access to scientific literature among respondents. The most notable finding is, on the one hand, that the use of the illegal via of access does not supplant, but rather coexists with the use of legal vias. On the other hand, there is a remarkable disconnection between the representation regarding legality and correctness on the access and dissemination of scientific literature protected by copyright. Third, the motivations that explain the massive use of illegal vias combine practical and evaluative aspects, such as the impossibility of accessing in another way and the ease of use in opposition to legal services and the rejection of the publishing business around scientific literature.

Keywords: scientific literature; illegal via; Sci-Hub; unpaid translations.

Licenciada em Biblioteconomia e Ciência da Informação (Universidade Nacional de La Plata-UNLP). Mestra Universitaria em Sistemas de Informação Digital (Universidade de Salamanca). Bolsista de doutorado do CONICET no lugar de trabalho no Instituto de Investigações em Humanidades e Ciências Sociais (CONICET-UNLP) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Cuyo. Docente da carreira de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UNLP na cátedra “Gestión de colecciones” desde 2010. CONICET/IDIHCS/UNLP. E-mail: cunzubiblio@gmail.com. Um relatório preliminar de divulgação desta pesquisa foi distribuído em maio de 2021: Zukerfeld, M., Liaudat, S., Terlizzi, M.S., Monti, C. & Unzurrunzaga, C. (2021). *Un fantasma recorre la ciencia, el fantasma de la piratería. Prácticas y representaciones acerca del acceso a la literatura científica [Informe preliminar de investigación]*. Disponível em: <https://bit.ly/PyDG21>. Uma versão anterior em espanhol foi aceita para publicação em uma próxima edição: Zukerfeld, Mariano; Liaudat, Santiago; Terlizzi, María Sol, Monti, Carolina e Unzurrunzaga, Carolina. *Un fantasma recorre la ciencia, el fantasma de la piratería: las vías ilegales de acceso a la literatura científica en el CONICET (Argentina)*. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS. ISSN: 1668-0030 y 1850-0013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; **1. MARCO TEÓRICO, LEGAL E ANTECEDENTES; 1.1. AS TRADUÇÕES NÃO REMUNERADAS DE CONHECIMENTOS; 1.2. REGULAÇÕES DE ACESSO À LITERATURA CIENTÍFICA; 1.3. PRIVATIZAÇÃO VERSUS ABERTURA AO ACESSO À LITERATURA CIENTÍFICA; 2. METODOLOGIA; 2.1. INSTRUMENTO E AMOSTRA; 2.2. ANÁLISE; 3. MODALIDADES DE ACESSO; 3.1. QUANTIDADE DE ACESSOS; 3.2. VIAS DE ACESSO; 3.3. MAGNITUDE DE USO E VIAS DE ACESSO; 4. MOTIVOS DO USO; 5. REPRESENTAÇÕES SOBRE LEGALIDADE E CORREÇÃO MORAL; 5.1. LEGALIDADE E MORALIDADE; 5.2. RESULTADOS; 6. PUBLICAÇÕES; 6.1. PRODUTIVIDADE; 6.2. ESCOLHA DA PUBLICAÇÃO; CONCLUSÕES; REFERÊNCIAS.**

INTRODUÇÃO

Um fantasma assombra o mundo da pesquisa científica, o fantasma da pirataria. A evidência internacional mostra que a utilização de sites de downloads ilegais e não pagos para artigos científicos como o Sci-Hub é massivo (Bohannon, 2016). O mesmo parece ocorrer na Argentina, se levar em consideração a quantidade de documentos baixados (Monti e Unzurrunzaga, 2021). Porém, até o momento não se conta com informação acerca de que proporção os e as pesquisadores na Argentina recorrem a esta modalidade de acesso e com que frequência o fazem, em comparação com as formas de acesso legais. Por sua vez, tampouco se conhecem as motivações que levam a essas práticas nem as representações dos pesquisadores a esse respeito.

Entretanto, os estados nacionais e organismos de Ciência e Tecnologia (CeT) definem políticas de acesso à literatura científica, o que implica a negociação com um punhado de grandes editoras que obtém lucros extraordinários (Larivière, Haustein e Mongeon, 2015). No caso da Argentina, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MINCYT) assume esse papel principalmente mediante o pagamento de assinaturas e disponibilizando documentos por meio da Biblioteca Eletrônica de Ciência e Tecnologia (BECYT). Desde a sua criação em 2002, este valioso

serviço exigiu rubricas orçamentais onerosas e crescentes. Conhecer as práticas, motivações e representações sobre as modalidades de acesso à literatura científica permite informar o debate público com evidência empírica e contribuir com elementos do MINCYT para futuras renegociações de contratos com editoras.

Adicionalmente, o presente trabalho é motivado por uma perspectiva teórica e histórica que sugere que o uso de vias ilegais de acesso ao conhecimento está longe de ser uma anomalia, um desvio que deve ser normalizado. No desenvolvimento do capitalismo em geral, e na indústria editorial em especial, o que às vezes é chamado de “pirataria” foi e continua sendo um recurso muito comum. Mais precisamente, quem mais o tem utilizado (e continua a fazê-lo) são os atores situados em posições centrais que tentam proibi-lo para aqueles que estão localizados em áreas periféricas. Isso ocorre em diversos ramos econômicos e, em especial, na indústria editorial acadêmica. Portanto, trata-se de estudar o acesso ilegal para informar uma ampla agenda de acesso ao conhecimento e desenvolvimento com base em evidências empíricas históricas e atuais.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa é caracterizar os diferentes tipos de acesso à literatura científica a que recorrem os pesquisadores do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e sua frequência de uso, e em especial, a via de acesso ilegal. Quais são as modalidades de acesso que mais utilizam? Esse uso é homogêneo ou apresenta heterogeneidades associadas a alguma variável em particular? Com que frequência o fazem? A via ilegal é a mais utilizada? O acesso mediante resulta em respeito exclusivo de outras? Em particular, três objetivos específicos são propostos: 1) investigar as motivações para a utilização e não utilização da via ilegal gratuita; 2) analisar as representações sobre legalidade e correção moral no acesso e divulgação de artigos científicos por meio de canais ilegais ou “zonas cinzentas”; 3) analisar a relação entre produtividade, prioridades de publicação e vias de acesso.

Neste trabalho, entende-se por “literatura científica” artigos publicados em revistas científicas e outros documentos (livros, relatórios

etc.); “acesso” refere-se tanto ao download quanto à leitura online do documento; “Pesquisadores do CONICET” incluem pesquisadores permanentes de todas as categorias, bem como bolsistas de doutorado e pós-doutorado. Além disso, as modalidades de acesso são classificadas da seguinte forma: 1. Acesso legal pago (com recursos individuais, subsídios a projetos, utilização de serviços bibliográficos pagos por instituições); 2. Acesso legal gratuito (literatura publicada em acesso aberto ou em domínio público); 3. Acesso ilegal gratuito (Sci-Hub e similares); 4. Acesso direto (solicitado ao autor ou pelas redes sociais). 5. Acesso indeterminado (diretamente de um navegador). Nos três primeiros tipos, duas variáveis se cruzam: se o acesso é legal ou ilegal e se é gratuito ou oneroso. Por sua vez, nas duas últimas, o acesso é gratuito, podendo ser legal ou ilegal. Por último, a frequência foi medida em dois intervalos: aos doze meses e em uma semana padrão. Do ponto de vista metodológico, utilizamos o questionário como técnica de coleta de dados e para a análise empregamos técnicas básicas de análise estatística descritiva.

O artigo está organizado nas seguintes seções. A seção dois apresenta o marco teórico e legal e os antecedentes, enquanto a seção três faz considerações metodológicas. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa divididos em quatro eixos: Modalidades de acesso (seção quatro); Motivações para usar ou não as vias ilegais não pagas (seção cinco); Representações sobre legalidade e correção (seção seis); Publicações (seção sete). Por fim, são oferecidas algumas conclusões.

1 MARCO TEÓRICO, LEGAL E ANTECEDENTES

1.1 As traduções não remuneradas de conhecimentos

Este artigo faz parte de um plano de pesquisa de longo prazo vinculado à relação entre apropriação não remunerada do conhecimento e acumulação de capital. No atual estágio capitalista, que caracterizamos como cognitivo ou informacional, há um consenso sobre a associação en-

tre acumulação de conhecimento e desenvolvimento econômico.³ O uso do conhecimento produtivo, no entanto, depende de regulamentações de propriedade intelectual que determinam quem pode acessá-lo e sob que circunstâncias podem acessar. Nesse contexto, torna-se crucial o debate sobre as diferentes formas de uso ou reprodução do conhecimento e, especialmente, sobre as traduções não remuneradas de conhecimento realizadas por atores periféricos em relação ao conhecimento cuja titularidade corresponde a agentes localizados em regiões centrais.⁴

Trabalhos anteriores analisaram extensas evidências históricas para entender a ligação entre traduções não remuneradas de conhecimento e a acumulação de conhecimento e capital (entre outros, Haro Sly e Liaudat, 2021; Liaudat, 2021; Liaudat, Terlizzi e Zukerfeld, 2020; Lund e Zukerfeld, 2020; Zukerfeld, 2016). Isso permitiu formular uma tipologia provisória baseada em duas variáveis dicotômicas principais: lucro e legalidade. A Tabela 1 mostra casos ilustrativos ligados particularmente aos direitos autorais e à indústria editorial. Apenas alguns deles serão abordados neste trabalho.

³ Embora os conceitos de capitalismo informacional (Castells, 1996; Fuchs, 2010) e cognitivo (Boutang, 2011; Vercellone, 2011) estejam longe de serem os mesmos, eles são usados aqui para apontar o que compartilham: a ideia de que, desde a meados da década A partir de 1970, entramos numa fase do capitalismo – após as fases comercial e industrial – em que o conhecimento, em geral, e a informação digital, em particular, desempenham um papel fundamental nas economias e sociedades. Assim, distanciam-se de visões que, com termos como “sociedade do conhecimento” ou “sociedade pós-industrial”, contornam a historicidade capitalista do estágio atual.

⁴ A noção de tradução refere-se à operação pela qual uma forma de conhecimento se reproduz e recria em outro suporte material. Do ponto de vista materialista cognitivo, o conhecimento sempre se apresenta –existe– em alguma forma de matéria. Portanto, os fluxos de conhecimento envolvem processos complexos, pois envolvem a passagem por diversos suportes materiais, cada um dos quais «impõe suas condições», acrescenta ou retira algo do conhecimento. Em outras palavras, os suportes materiais pelos quais o conhecimento flui não são neutros, nem as traduções são perfeitas. Em particular, o suporte material para o qual um conhecimento é traduzido tem consequências em termos de regulação do acesso a ele (Liaudat, 2021; Zukerfeld, 2017).

Tabela 1. Tipos de traduções não remuneradas de conhecimentos

<i>Traduções não remuneradas de conhecimentos</i>	<i>Legais</i>	<i>Ilegais</i>
<i>Com finalidade de lucro</i>	Stationers Company (Londres 1557-1709) Indústria editorial europeia s. XVII-XVIII Indústria Editorial dos EUA s. 19º Editores científicos do século 21	<i>Shadow libraries</i> de acesso pago (91lib.com da China)
<i>Sem finalidade de lucro</i>	Exceções para uso educacional ou de pesquisa Exceções para bibliotecas Exceções para links na web Fair use Projeto Gutenberg	<i>Shadow libraries</i> de acesso gratuito (Sci-Hub, Lib-Gen) Pirataria científica através de redes sociais, fotocópias de textos, etc.

Fonte: Elaboração própria com base em Liaudat, Terlizzi e Zukerfeld (2020)

Esta tabela exhibe resumidamente que o aproveitamento não remunerado de textos é uma prática que assumiu várias formas e se estendeu ao longo do tempo e das geografias. Em várias dessas situações, foram promulgadas leis para legalizar essas formas de “pirataria”. A origem do *copyright* em 1709 na Inglaterra e a indústria editorial nos Estados Unidos entre 1790 e 1891 são paradigmáticas: o desenvolvimento da indústria editorial e a massificação da leitura, respectivamente, foram associados a traduções não remuneradas de conhecimento por atores que se tornaram centrais e o recinto subsequente para impedir que os atores periféricos façam o mesmo. Por outro lado, certas traduções cognitivas não remuneradas assumem a forma de limitações e exceções aos direitos de autor para garantir o exercício de outros direitos (educação, cultura), cuja relevância nos processos de desenvolvimento de ramos e países é notória (Flynn e Palmedo, 2017).

Da mesma forma, a indústria editorial acadêmica mantém a naturalização de outra tradução cognitiva não remunerada: a apropriação

de obras científicas sem pagamento de direitos de autor (e até, cada vez mais, cobrando para publicar), bem como o trabalho normalmente não remunerado de quem avalia e edita. São principalmente os fundos públicos que, através de diferentes canais, alimentam os cofres desta indústria. Em suma, a indústria editorial, em geral, e a acadêmica, em particular, tem recorrido e recorre a traduções não remuneradas de conhecimento que apresenta como anomalia ou desvio. Daí, então, a importância de estudar as vias ilegais de acesso a esse conhecimento. Sites como Sci-Hub, LibGen e outros que permitem o acesso à produção científica publicada sem o pagamento de taxas onerosas estabelecidas pelo oligopólio editorial. Dessa forma, as traduções não remuneradas do conhecimento poderiam, neste caso, servir à acumulação de capital e ao desenvolvimento – de modo algum se afirma que necessariamente o fazem –, mas a favor de atores situados nas periferias e em detrimento do oligopólio editorial.

1.2 Regulações de acesso à literatura científica

Para compreender as diferentes formas de acesso, é necessário apresentar os marcos legais em que operam e que funcionam como normativas de acesso ao conhecimento. A Argentina, como grande parte dos países, adere às regulamentações internacionais sobre direitos autorais (*copyrights*). Em primeiro lugar, a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. Estabelecido em 1886 e reformado sucessivamente até a última emenda em 1971, é a base para regulações posteriores. Em segundo lugar, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS). Sancionada em 1994, tornou-se condição para ingressar na Organização Mundial do Comércio. Por meio desse acordo, os direitos de propriedade intelectual em geral foram ampliados e fortalecidos, inclusive os direitos autorais contemplados na Convenção de Berna. Por fim, o Tratado de Direitos Autorais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (TODA), em vigor desde 2002, atualiza o escopo da Convenção de Berna para as

novas tecnologias digitais (bancos de dados, programas de computador, internet).

Em relação à problemática deste artigo, a Convenção de Berna estabelece que os autores (no nosso caso, os cientistas e tecnólogos) são os únicos legalmente autorizados a exercer todos os direitos, inclusive o direito de reprodução. Mas podem ceder a titularidade do direito. Na verdade, é o que acontece com a publicação em revistas científicas que implicam a cessão de direitos a favor dos editores. Ou seja, as editoras, em sua maioria privadas, são titulares dos direitos de reprodução dos artigos que publicam.⁵

As legislações nacionais na Argentina sobre propriedade intelectual estão quase em perfeita concordância com os marcos globais.⁶ Em direitos autorais, o marco normativo encontra-se na Lei 11.723, que estabelece o Regime Jurídico da Propriedade Intelectual. Sancionada em 1933, pos-

⁵ Cabe destacar que a Convenção de Berna estabelece que a reprodução é a fixação material de uma obra em um meio que permita sua comunicação ao público e a obtenção de cópias da totalidade ou de parte dela. Enquanto a TODA estipula que o download de material da internet e outras formas de cópia digital são considerados atos de reprodução. Assim, o download gratuito de artigos científicos cuja titularidade está nas mãos de publicações com acesso restrito e pagamento é ilegal de acordo com essas normas.

⁶ No plano nacional, prevalece a teoria monista do direito, segundo a qual os tratados internacionais têm uma hierarquia normativa superior às leis nacionais (art. 75, inciso 22, da Constituição Argentina). De acordo com a teoria monista, o direito é um só (nacional/internacional), enquanto a abordagem dualista estabelece que são sistemas jurídicos diferentes. Em nosso país houve um amplo debate sobre a conveniência de um ou outro modelo por décadas. Essa discussão, no entanto, foi encerrada após a adesão à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (lei 19.895/72), a decisão *Ekmekdjian v. Sofovich* da Suprema Corte da Nação (1992) e a reforma da Constituição de 1994 (Trucco, 2007). O modelo monista foi impulsionado pelas potências ocidentais, que, no entanto, como em outras áreas, têm um discurso para fora e uma prática diferente dentro das fronteiras. O direito não é exceção. O caso paradigmático é o dos Estados Unidos, que mantém um esquema jurídico dualista ou eclético em função de seus interesses. Isso se expressa, entre outros elementos, em que assinaram, mas não ratificaram, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados nem a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José, Costa Rica). O debate entre monismo e dualismo jurídico, longe de ser uma questão colateral, está no centro do problema do desenvolvimento econômico. Em grande medida, sua resolução em um ou outro sentido depende da possibilidade de usar a pirataria de conhecimento para favorecer o desenvolvimento econômico.

sui mais de sessenta modificações e complementos que a atualizam até os nossos dias. Este regulamento estabelece que o direito de propriedade de uma obra científica, literária ou artística inclui ao seu autor a faculdade de dispor dela, de publicá-la, de executá-la, de representá-la e exibi-la em público, de dispor dela, de traduzir, adaptá-la ou autorizar sua tradução e reproduzi-la em qualquer forma. Assim como no artigo 71 e seguintes, estão estabelecidas as penas de quem infringir esses direitos (aspecto fundamental para seu *enforcement*, uma vez que os tratados internacionais não têm capacidade de ação em nível nacional).

Por fim, destaca-se em 2013 a promulgação da lei nacional 26.899 que institui a Criação de Repositórios Digitais Institucionais de Acesso Aberto. Por meio de seu artigo 5º, esta normativa estabelece a obrigação dos pesquisadores do sistema nacional argentino de incluir uma cópia da versão final de seu trabalho em repositórios públicos, caso a pesquisa tenha sido financiada com recursos estatais.⁷

⁷ É interessante destacar, entre as diferentes instituições de C&T argentinas que desenvolveram repositórios para se adequar à legislação, a iniciativa empreendida pelo CONICET em 2015 denominada “CONICET DIGITAL”. Sua política de admissão funciona com base no sistema de gestão e currículo da organização -SIGEVA CONICET- e tem uma curadoria descentralizada antes de tornar os trabalhos de acesso aberto. Este trabalho é realizado a partir de um Gabinete Técnico especializado e da Rede Federal de Especialistas do Repositório Institucional Digital CONICET, com mais de cem membros de diferentes centros e/ou institutos. Isso permitiu que o repositório fosse construído rapidamente, tornando-se o maior e mais consultado do país. Em relação às regulamentações que exigem autoarquivamento em repositórios digitais abertos, embora não tenhamos localizado estudos específicos que abordem as representações dos pesquisadores do CONICET sobre as regulamentações existentes, alguns trabalhos anteriores à sanção da Lei 26.899 mostraram que os pesquisadores, embora sejam a favor da filosofia do acesso aberto, suas práticas parecem estar longe de se autoarquivar neles (Bongiovani et al. 2014). Além disso, observou-se que, na perspectiva dos gestores de repositórios, os pesquisadores têm, em geral, pouco conhecimento da lei e suas implicações, e apontam as controvérsias geradas na prática de depósito em repositórios de gestão de direitos autorais de obras publicadas por editores comerciais (Fushimi et al. 2021).

1.3 Privatização *versus* abertura ao acesso à literatura científica

As publicações científicas tornaram-se em grande medida uma mercadoria controlada por uma indústria editorial de caráter oligopolista. Um estudo realizado em 2013 mostra que mais da metade dos artigos científicos publicados em periódicos indexados na Web of Science (WoS) pertenciam a apenas cinco editoras privadas: Reed-Elsevier, Wiley Blackwell, Springer, Taylor Francis e Sage (Larivière, Haustein e Mongeon, 2015). A tendência de concentração editorial continua por meio de novos modelos de negócios que combinam acesso fechado (*paywall*) com acesso aberto e lucro por meio de pagamento pela publicação (APC: *Article Processing Charges*) e com crescente controle sobre infraestrutura e serviços acadêmicos necessários para os processos de pesquisa atuais (Posada e Chen, 2018). Por sua vez, a consolidação deste sistema de publicação privada foi acompanhada por serviços de informação online como WoS e Scopus, que se consolidaram no campo científico como mecanismos de validação da qualidade e prestígio da investigação (através da medição do impacto baseado exclusivamente em citações em um determinado grupo de periódicos e com predominância da língua inglesa). Graças a isso, os periódicos controlados por editoras privadas se instalaram como a principal corrente da ciência – *mainstream* –, levando pesquisadores de todo o mundo a validar suas pesquisas pelo número de publicações realizadas nelas (Cátedra Libre Ciencia, Política y Society, 2018; Guedon, 2011).

Paralelamente à perda do livre acesso à literatura científica, surgiram dois movimentos. Por um lado, surgiu um questionamento organizado em torno de declarações e manifestos que promovem o acesso aberto. A Declaração de Budapeste é considerada o início deste movimento que busca uma mudança na comunicação científica e aposta no desenvolvimento de infraestruturas que permitam a abertura e reutilização da literatura (Budapest Open Access Initiative, 2002). No entanto, esse ímpeto não conseguiu abalar a tendência de concentração das publicações e o poder oligopolista das firmas que vêm se adaptando à

exigência do “acesso aberto”, mas transferindo o pagamento dos leitores para os autores. Contra o qual começaram a distinguir-se vários tipos de acesso aberto. Em particular, a “rota verde” (arquivo em repositórios abertos por parte dos autores), a “rota de ouro corporativa” (publicações de acesso aberto, mas que cobram dos autores ou vendem espaço publicitário) e a “rota do diamante” (revistas sem fins lucrativos, que não cobra autores ou leitores).⁸

Por outro lado, cresceram as “bibliotecas sombra” (*shadow libraries*) ou “vias escuras” de acesso aberto. São plataformas de internet não comerciais que permitem o acesso e download de literatura científica, violando as normas legais detalhadas na seção anterior. Dentre esses sites “piratas”, destaca-se o Sci-Hub. Os estudos realizados destacam seu uso massivo em todas as disciplinas científicas e distribuído em escala global tanto em países ricos como em regiões pobres (Bohannon, 2016; Gardner et al., 2017; González-Solar e Fernández-Marcial, 2019; Greshake, 2016; Kjellström, 2019; Machin-Mastromatteo et al., 2016; Monti e Unzurrunzaga, 2021), a percepção de que seu uso é moralmente correto apesar de ilegal (embora haja fortes variações entre os países a esse respeito) e a identificação que seu uso não está exclusivamente ligado à falta de acesso, mas que existem outras motivações como conveniência ou valores em torno do livre acesso ao conhecimento (Nicholas et al., 2019; Travis, 2016).

⁸ Outras variantes de acesso aberto são a “rota de bronze” para se referir a artigos ou periódicos que podem ser lidos gratuitamente sem uma licença de uso claramente identificável e “acesso aberto híbrido” para indicar periódicos que permitem que o artigo seja aberto mediante o pagamento de uma taxa – *open choice* – (Monti e Unzurrunzaga, 2021). Na América Latina e no Caribe, o movimento de acesso aberto obteve um apoio significativo, expresso em iniciativas como repositórios digitais abertos e a criação de infraestruturas regionais de publicação científica e comunicação baseadas em acesso aberto não comercial (SciELO, AmeliCA).

2 METODOLOGIA

2.1 Instrumento e amostra

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário estruturado realizado no Google Forms com vinte questões organizadas em cinco eixos: 1) *acesso à literatura científica*, indagando sobre a frequência e formas de acesso; 2) *motivações de uso*, indagando sobre a escolha das vias de acesso à literatura científica; 3) *cenários*, por meio dos quais se buscou conhecer as representações em relação à legalidade e correção de determinadas ações para obtenção de literatura científica; 4) *produção*, referente aos hábitos editoriais nos últimos dois anos; 5) *perfil sociodemográfico*. Um espaço aberto também foi incluído no final para comentários.

Foi realizado um teste piloto para ajuste do questionário, que foi respondido por dezoito pesquisadores e pesquisadoras de universidades e institutos (não CONICET). O questionário final foi distribuído através de múltiplos canais de comunicação eletrônica (listas de e-mail, redes acadêmicas, grupos de pesquisa). As respostas foram recebidas de 10 de dezembro a 31 de dezembro de 2020.⁹

A pesquisa teve 368 respostas de bolsistas e bolsistas (n=144) e pesquisadores e pesquisadoras (n=224), para uma população de 21.162 pessoas (pesquisadores + bolsistas) em dezembro de 2019. Além disso, foi respondida por 26 pessoas que atuam como apoio na instituição. Na Tabela 2 pode-se observar que as características da amostra são semelhantes às do universo em termos de gênero, faixa etária, tipo de pesquisador e grande área disciplinar determinada pelo CONICET e, em menor grau, na distribuição geográfica dos locais de trabalho do CONICET considerando a região.

⁹ O questionário pode ser consultado em: <https://docs.google.com/document/d/1G-VQ-6Zac5Wo9D8l-c0pyCvUn5WNCfJkiHdaFM1DljS4/edit>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Tabela 2. Comparação da população do CONICET (2019) com as principais características sociodemográficas da amostra

Variável	Valores variáveis	População 2019		Amostra	
		F	%	F	%
Cargo	Pesquisadores	10917	52	224	61%
	Bolsistas	10245	48	144	39%
	<i>Total</i>	21162	100%	368	100%
Gênero	Homens	10723	44%	152	41%
	Mulheres	13230	56%	201	55%
	Outros	Sem dados	Sem dados	15	4%
	<i>Total</i>	23953		368	100%
Grande Área científica CONICET	KA-Ciências Agrarias...	5345	25%	73	20%
	KB-Ciências Biológicas..	5806	27%	90	24%
	KE- Ciências Exatas	4473	21%	86	23%
	KS-Ciências Sociais...	5008	24%	110	30%
	KT-Tecnologia	530	3%	9	2%
	<i>Total</i>	21162	100%	368	100%
Regiões	CABA e PBA	11255	53.2	252	68
	PAMPEANA	4706	22.2	45	12
	CUYO	1498	7.1	28	8
	NOA	1568	7.4	14	4
	NEA	620	2.9	4	1
	PATAGONIA	1515	7.2	25	7
	<i>Total</i>	21162	100	368	100%
Idade (somente pesquisadores)	Até 39	2697	25	69	31%
	40-49	5075	46	111	50%
	50-59	2163	20	35	16%
	60 e mais	982	9	9	4%
	<i>Total</i>	10917	100%	224	100%

Fonte: Elaboração própria. Dados para o quadro de amostragem retirados do CONICET em Figuras (dezembro de 2019)

2.2 Análise

Neste trabalho são utilizadas técnicas básicas de análise estatística descritiva. Para analisar a associação entre duas variáveis em que uma delas é nominal, foi utilizado o *teste do chi-quadrado*. Simplificando, valores altos de chi quadrado e valores de $p < 0,05$ indicam que pode-se supor que as variáveis estão associadas além do acaso. Para a análise da correlação entre duas variáveis em que uma ou ambas são ordinais, foi utilizado o *Coefficiente Tau de Kendall*. Adota um valor entre -1 e 1. Quando seu valor se aproxima de 1, estamos na presença de uma forte associação positiva entre as variáveis, enquanto se se aproxima de -1 temos uma forte associação negativa. Valores próximos de zero refletem uma baixa correlação entre as variáveis. Para relações entre variáveis intervalares, foi utilizado o *r de Pearson*, que indica correlação linear positiva ou negativa entre duas variáveis, variando entre os mesmos valores do Tau de Kendall.

Por sua vez, a codificação numérica das variáveis ordinais foi utilizada para produzir indicadores semelhantes às *escalas de Lickert*. Por exemplo, na análise das representações de legalidade em quatro cenários, 2 é atribuído a “Legal”, 1 a “parcialmente legal”, -1 a “parcialmente ilegal” e -2 a “ilegal”. Em seguida, eles são somados e obtém-se um valor para as representações gerais de legalidade de cada indivíduo.

Por fim, cabe destacar que a análise das respostas trata o material empírico como os discursos dos atores pesquisados. Assim, trata-se de questionar e comparar o que diferentes atores dizem que fazem e pensam, sem abordar nesta pesquisa a triangulação com fontes objetivas.

3 MODALIDADES DE ACESSO

Esta subseção apresenta informações sobre três questões. Primeiro, quantos artigos os pesquisadores e pesquisadoras acessam? Em segundo lugar, uma das questões fundamentais deste trabalho: através de que vias de acesso o fazem? Até que ponto eles usam acesso legal pago, acesso legal gratuito, acesso ilegal e outras alternativas? O acesso por

uma dessas vias se dá em detrimento do acesso pelas outras? Mais precisamente, em que medida diferem aqueles que utilizam o acesso legal pago, o acesso ilegal e o acesso legal gratuito e em que medida são os mesmos que os utilizam simultaneamente? Em terceiro lugar, o número de acessos e downloads está vinculado às vias de acesso utilizadas e à frequência de seu uso? Os que recorrem ao acesso ilegal com muita frequência baixam mais artigos do que os que optam pelos canais legais? Ou é o contrário?

3.1 Quantidade de acessos

A pesquisa incluiu duas questões referentes ao número de acessos. A primeira referia-se ao número de acessos nos últimos doze meses. A segunda, para uma semana padrão. Este procurou abranger, por um lado, as representações sobre o que acontece num período de tempo prolongado (o que inclui situações atuais e excepcionais) e, por outro, num período normal, mais curto e mais fácil de estimar para os inquiridos. Resumidamente, aqueles que responderam à pesquisa declararam ter acesso a cerca de onze documentos por semana padrão. No último ano (2020), 57% relataram ter acessado mais de 100 empregos e apenas 13% menos de 50.

É importante salientar que a associação entre o número de acessos semanais padrão e o total anual é parcial ($\text{Tau } b=0,44$). Isso pode ser devido, assumindo consistência de respostas, ao número díspar (entre os inquiridos) de semanas fora do padrão nos doze meses de referência. No restante deste trabalho, os acessos em uma semana padrão são utilizados como indicador, pois se trata de uma variável intervalar e que, pela magnitude dos valores e pela proximidade temporal, julgamos mais fácil de estimar pelos respondentes.

O número de acessos está associado a outras variáveis? Em suma, não. Homens e mulheres apresentam pouca diferença em termos de acessos semanais (10,93 e 10,17 em média, contra 10,74 no total) sem associação ($\text{chi quadrado de } 7,09 \text{ ep}=0,13$ para quatro graus de liberdade), a

correlação com a idade é nula ($r = 3E-05$), e insignificante em relação à posição no CONICET ($\tau = 0,077$) e as médias não variam significativamente entre as áreas disciplinares (variam entre 9,47 e 12, com um $\chi^2 = 7,22$ e $p = 0,84$).

3.2 Vias de acesso

A constatação mais importante desta pesquisa é que a via mais utilizada é a de acesso ilegal gratuito: 90% dos que responderam à pesquisa indicam que já utilizaram sites como Sci-Hub, LibGen e similares. Esse uso é homogêneo? Ou apresenta heterogeneidades associadas a alguma variável em particular? A Tabela 3 mostra os dados segundo sexo, idade, área disciplinar, região e cargo no CONICET.

Tabela 3. Utilização da via de acesso ilegal gratuita segundo sexo, idade, área disciplinar, região e cargo

Utilização de via de acesso ilegal gratuito n		Sim		Não		Chi quadrado	P
		%	n	%			
Gênero	Mulher	179	89	22	11	0.28	0.59
	Homem	138	91	14	9		
	Não binário	4	100	0	0		
	Outro	1	100	0	0		
	Prefiro não responder	8	80	2	20		
Idade	Até 39	190	91	18	9	9.67	0.02
	40-49	106	91	10	9		
	50-59	28	80	7	20		
	60 e mais	6	67	3	33		

Utilização de via de acesso ilegal gratuito n		Sim		Não		Chi quadrado	p
		%	n	%	n		
Área disciplinar	KA	69	95	4	5	45.86	2.51E-09
	KB	89	99	1	1		
	KE	83	97	3	3		
	KS	87	73	30	27		
	KT	9	100	0	0		
Região	Metropolitana	191	90	22	10	1.7	0.43
	Pampeana	70	95	4	5		
	Cuyo	24	85	4	15		
	NOA	13	93	1	7		
	NEA	2	50	2	50		
	Patagonia	30	85	5	15		
Cargo	Bolsista doutorado	79	90	9	10	3.45	0.17
	Bolsista pós doutorado	51	91	5	9		
	Pesquisador assistente	59	88	8	12		
	Pesquisador adjunto	85	94	5	6		
	Pesquisador independente	38	81	9	19		
	Pesquisador principal	14	93	1	7		
	Pesquisador superior	3	75	1	25		
	Pesquisador Emérito	1	100	0	0		
Total		330	90	38	10		

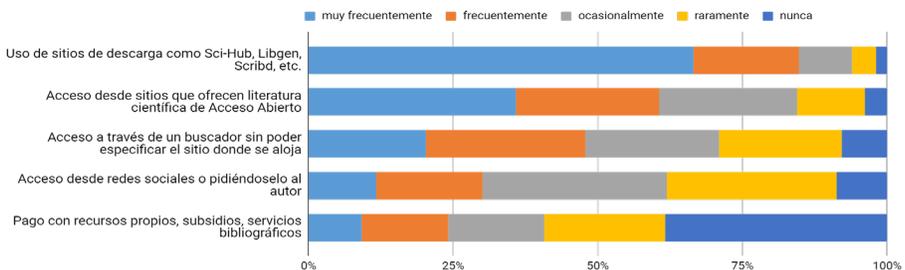
Fonte: elaboração própria.

Os dados permitem verificar a relativa homogeneidade dos altos valores de uso das vias de acesso ilegal gratuito. Em todos os casos são

muito poucos os que não recorrem a esta via. Em termos de gênero, região e cargo, as diferenças não são estatisticamente significativas. Por outro lado, há associação significativa com relação à idade e área disciplinar (chi-quadrado alto, p muito baixo). À medida que a idade aumenta, o uso da via ilegal diminui ligeiramente. Talvez de forma mais chamativa, nas áreas disciplinares observa-se que nas áreas sociais a utilização desta via, embora ainda muito elevada, é substancialmente inferior à dos outros ramos. Assim, o uso médio do restante das áreas fica em torno de 98%, enquanto no social cai para 73%.

Além da questão dicotômica sobre o uso de vias ilegais, a pesquisa se aprofunda por meio de perguntas sobre a frequência de uso das diferentes vias de acesso à literatura científica, para obter informações mais detalhadas. Os resultados são altamente consistentes com os decorrentes da questão anterior. De fato, 85% das pessoas pesquisadas disseram que usam esses sites de download com frequência ou com muita frequência e apenas 6% dizem que o fizeram raramente ou nunca. De forma simetricamente oposta, para as vias legais pagas (através de recursos próprios, com subsídios de projetos, utilizando serviços bibliográficos pagos por instituições como, por exemplo, o BECYT) apenas 24% declaram uso frequente ou muito frequente, enquanto 60% afirma que raramente ou nunca os usa.

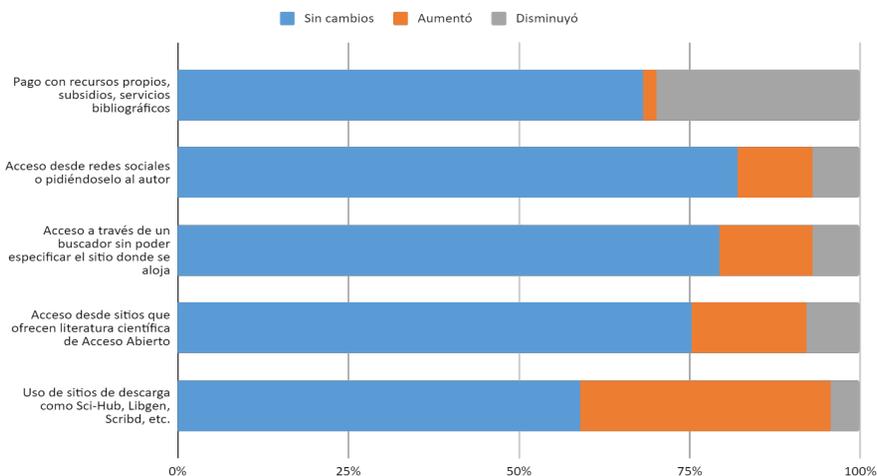
Figura 1. Modalidades de acesso à literatura científica



Fonte: Elaboração própria.

Esse uso intensivo de acesso ilegal gratuito pode ser explicado em parte pelas limitações de circulação devido à pandemia de COVID-19? A maioria dos que responderam à pesquisa afirma que não houve mudanças em suas modalidades de acesso. No entanto, observam-se variações líquidas – aumento menos diminuição – a favor do aumento das vias livres (32% para acesso ilegal e 9% para acesso legal gratuito) e em detrimento do acesso legal pago (-28%).

Figura 2. Modificações das vias de acesso durante a pandemia de COVID-19



Fonte: Elaboração própria.

No entanto, o acesso por meio de uma modalidade não exclui outras. Ou seja, quem usa intensivamente uma determinada via de acesso não necessariamente deixa de usar as alternativas. Por isso é relevante perguntar: em que medida os mesmos pesquisadores e pesquisadoras recorrem a caminhos diferentes? Em particular, em que medida aqueles que utilizam a via ilegal gratuita *também* utilizam a via legal paga? E vice-versa, em que medida aqueles que utilizam muito frequentemente a via legal paga também utilizam a via ilegal? Em suma, a frequência de uso dessas estradas elimina grupos diferenciados ou há sobreposição?

A Tabela 4 nos oferece uma resposta sistemática usando o Tau de Kendall das diferentes relações entre as vias de acesso.

Tabela 4. Coeficiente Tau de Kendall dos tipos de acesso à literatura científica

Via de acesso	Ilegal gratuita	Legal pago	Legal gratuito	Direto	Indeterminado
Ilegal gratuita	1	-0.12	-0.2	-0.08	-0.05
Legal pago	-0.12	1	-0.18	-0.04	-0.07
Legal gratuito	-0.2	-0.18	1	0.19	0.08
Direto	-0.08	-0.04	0.19	1	0.18
Indeterminado	-0.05	-0.07	0.08	0.18	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados primários.

Como interpretar esta tabela? O principal resultado é que a associação entre as diferentes formas de acesso é muito baixa em todos os casos. Assim, o fato de um indivíduo manifestar, por exemplo, um uso muito frequente de vias de acesso ilegais não permite afirmar determinado comportamento em relação a outras vias de acesso. Não implica, por exemplo, uma utilização significativamente menor de canais legais pagos. Por outro lado, aqueles que frequentemente usam meios legais pagos não usam significativamente menos os ilegais. Não se trata, então, de usos exclusivos (o que implicaria Tau próximo a -1) nem está associado positivamente (Tau próximo a 1). Em suma, aqueles que usam uma via de acesso também usam outras em quantidades aproximadamente semelhantes ao restante da amostra.

Como interpretar esta tabela? O principal resultado é que a associação entre as diferentes formas de acesso é muito baixa em todos os casos. Assim, o fato de um indivíduo manifestar, por exemplo, um uso muito frequente de vias de acesso ilegais não permite afirmar determinado comportamento em relação a outras vias de acesso. Não implica, por exemplo, uma utilização significativamente menor de canais legais

pagos. Por outro lado, aqueles que frequentemente usam meios legais pagos não usam significativamente menos os ilegais. Não se trata, então, de usos exclusivos (o que implicaria Tau próximo a -1) nem está associado positivamente (Tau próximo a 1). Em suma, aqueles que usam uma via de acesso também usam outras em quantidades aproximadamente semelhantes ao restante da amostra.

Nesse contexto de baixas associações pode-se ressaltar, de qualquer forma, algumas relações pontuais que poderiam merecer um estudo maior. A via de acesso ilegal gratuito apresenta uma associação maior – fracamente negativa – com o acesso legal gratuito do que com a via legal paga. A utilização do acesso legal gratuito, assim, está associada a uma menor utilização tanto da via legal paga quanto da via ilegal gratuita. Isso leva à questão de saber em que medida o uso da via ilegal gratuita pode ser mais prejudicial ao acesso aberto do que o acesso legal pago. Por sua vez, a solicitação do texto do autor (acesso direto) é escassa, mas positivamente relacionada ao livre acesso legal e ao acesso indeterminado (cuja página de origem não pode ser especificada).

3.3 Magnitude de uso e vias de acesso

Como as diferentes vias de acesso se relacionam com o número de artigos que os pesquisadores e pesquisadoras acessam? Isso se desdobra, por sua vez, em duas perguntas: quem acessa com frequência por diversos canais, baixa mais artigos? Existe alguma via de acesso específica que esteja correlacionada com um número maior de acessos?

Em relação à primeira, não há correlação que permita descartar a hipótese nula ($Tau-b = 0,04$). Ou seja, não há evidências que demonstrem que a afirmação de que a maior frequência de acesso corresponda a um maior número de artigos acessados. Quanto à segunda questão, na desagregação dos diferentes tipos de acesso também não se observam variações significativas. O Tau de Kendall permanece muito baixo. A Tabela 5 nos permite ver esse ponto com mais detalhes.

Tabela 5. Média de acessos semanais por via e frequência de acesso.

Frequência de acesso	Illegal gratuita	Legal paga	Acesso aberto
Muito frequente	12.27	11.38	12.55
Frequente	9.97	10.73	11.36
Ocasionalmente	7.12	10.39	10.71
Raramente	10.4	8.16	7.83
Nunca	8.14	13.41	10.21
Tau b	0.127	-0.025	0.061

Fonte: Elaboração própria.

Assim, embora se observem algumas diferenças, são mudanças modestas na maioria dos casos, o que é consistente com o fato de os mesmos indivíduos recorrerem a diferentes formas de acesso, como será visto a seguir. O número médio de artigos acessados em uma semana padrão por aqueles que utilizam frequentemente as vias ilegal, legal paga e legal gratuita não apresenta variações importantes. As diferenças, no entanto, são observadas nas frequências de acesso mais baixas: aqueles que nunca usam o acesso ilegal baixam menos artigos totais do que a média, enquanto aqueles que nunca usam o acesso legal pago o fazem em maior proporção.

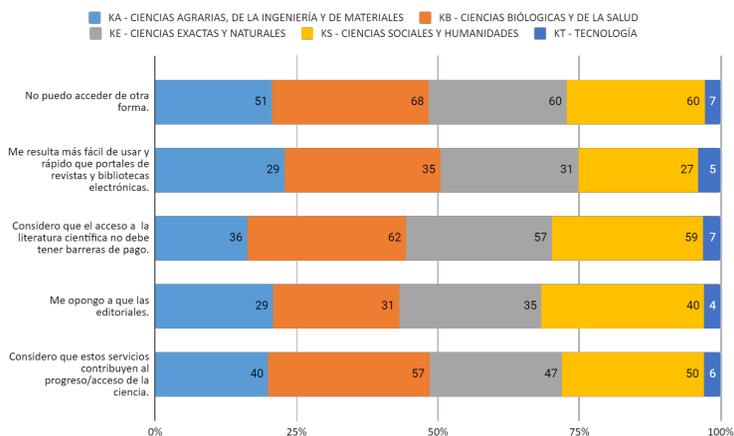
Como interpretar esses dados? Assumindo que as respostas dos inquiridos são consistentes, parte da explicação pode decorrer do fato de que a frequência de acesso é respondida com categorias que são operacionalizadas subjetivamente. De fato, “com muita frequência” pode significar frequências de acesso diferentes para pessoas diferentes. E até mesmo tornar-se operacional, consciente ou inconscientemente, como proporção do total de acessos de cada sujeito, e não de forma absoluta. Assim, esse tipo de indicador é consistente para comparações de várias formas de acesso para um mesmo sujeito, mas pode apresentar limitações em comparações com magnitudes cuja tipificação tenha doses menores de subjetividade (embora de forma alguma zero), como o caso da quantidade de acessos semanais. Outra parte da explicação pode ser atribuída ao fato de que a frequência de acesso pareceria aludir ao acesso a artigos

únicos, enquanto o número de artigos acessados poderia ter enfatizado visitas repetidas e downloads de documentos.

4 MOTIVOS DO USO

A pesquisa também indagou sobre os motivos de usar ou não usar as vias de acesso ilegais. Das cinco opções apresentadas, observou-se que aqueles que dizem usar essas vias apontam tanto questões práticas quanto valorativas, e é notável a homogeneidade entre as diferentes áreas disciplinares (Figura 3). Entre os primeiros, a impossibilidade de acesso de outra forma resulta em um índice de 75% de adesão, o que coincide com estudos realizados sobre downloads de Sci-Hub na Argentina (Monti e Unzurrungaza, 2021). Destaca-se também que 38% dos que responderam à pesquisa mencionam a relativa facilidade em comparação com outros serviços legais. Entre as motivações associadas a valores, se manifestam em larga medida as ideias de que a literatura científica não deve ter barreiras de pagamento (67%) – valor que sobe para 74% nas Ciências Sociais e Humanas –, que estes serviços ilegais contribuem para o progresso da ciência (61%) e a oposição a usos por editores de autores e avaliadores (42%).

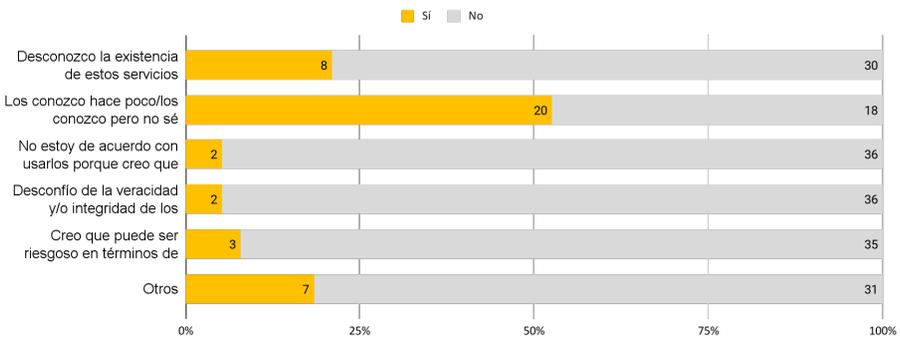
Figura 3. Motivações para o uso de vias ilegais de acordo com a disciplina científica



Fonte: elaboração própria.

Enquanto isso, no grupo dos que não utilizam a via de acesso ilegal gratuito (n=38), verifica-se que as motivações mais escolhidas são eminentemente práticas: desconhecimento dos sites e não saber utilizá-los. Pelo contrário, as motivações associadas às crenças avaliativas (desacordo por ilegalidade, desconfiança na integridade ou veracidade, riscos em termos de segurança informática que coincidem com as indicações da indústria editorial) atraem algumas menções. Das sete pessoas que incluíram outras opções, em nenhum dos casos apareceram alusões a questões valorativas. Como o grupo é muito pequeno, não é possível fazer generalizações sobre suas respostas, pois elas carregam uma margem de erro significativa.

Figura 4. Motivações para não usar as vias ilegais



Fonte: elaboração própria.

5 REPRESENTAÇÕES SOBRE LEGALIDADE E CORREÇÃO MORAL

Que representações de legalidade e moralidade sobre o acesso e divulgação de artigos têm os pesquisadores? Que uma ação é ilegal, isso implica questioná-la moralmente? Havendo ou não amplo acesso, isso modifica a avaliação moral? As representações variam conforme a obra acessada, seja sua ou de outra pessoa, seja baixada ou compartilhada? Na pesquisa, quatro cenários ligeiramente diferentes foram apresentados

com situações em que os entrevistados tiveram que decidir se eram legais/ilegais e corretos/incorrectos.

Figura 5. Representações de legalidade e correção moral

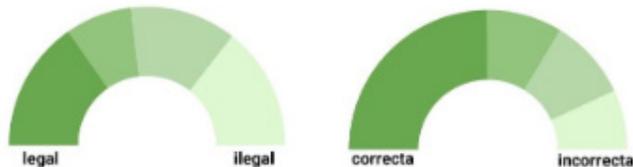
Escenario 1 Un/a investigadora descarga de Shi-hub un trabajo de una de las revistas más importantes de su área de trabajo al que no puede acceder de otra forma.



Escenario 2 Un/a investigador/a se anoticia de la existencia de Sci-Hub, Libgen y otros similares. Aunque posee un amplio acceso gratuito –vía institucional– a las revistas, decide probar de qué se trata y se da cuenta de que el proceso para acceder es mucho más sencillo que buscarlo en el repositorio institucional. A partir de entonces, cada vez que necesita un paper recurre primero a estos sitios. ¿Creés que la acción de el/la investigador/a es...?



Escenario 3 Un/a investigador/a descarga un paper de gran relevancia para su área de trabajo a través de un repositorio institucional de acceso abierto. Acto seguido, lo sube en redes sociales (Facebook, LinkedIn, etc.) ¿Creés que la acción de el/la investigador/a es...?



Escenario 4 Un/a investigador/a publica su trabajo en una revista de acceso pago; en las condiciones de publicación se le informa que no puede compartir ese trabajo. Sin embargo, lo sube a redes académicas, sitios personales o repositorios. ¿Creés que la acción de el/la investigador/a es...?



Fonte: elaboração própria.

Antes de abordar os resultados, é necessário fazer referência a três questões: o marco regulatório que regula o acesso à produção científica, algumas considerações relacionadas ao campo da moralidade e o vínculo entre legalidade e moralidade.

5.1 Legalidade e moralidade

As ações nos diferentes cenários são legais ou ilegais na Argentina? Nos dois primeiros cenários, a conduta é ilegal, pois o autor ou titular do direito (por exemplo, o editor) é o único autorizado a exercer o direito de reprodução. Baixar material da internet é considerado um ato de reprodução. A menos que o documento acessado seja publicado em um periódico de acesso aberto ou sob uma licença *Creative Commons* (CC).

Por outro lado, no cenário três, o ato de baixar é legal porque a instituição já pagou por esse acesso, enquanto o ato de fazer upload não é, uma vez que o autor mantém o direito de reprodução e comunicação pública. A menos que o artigo tenha sido publicado sob uma licença CC ampla, nesse caso não há infração.

Por fim, a ação apresentada no cenário quatro é parcialmente ilegal. O status de legalidade está sujeito aos regulamentos contratuais e à natureza do financiamento da pesquisa. Se a pesquisa foi financiada publicamente, pode ser publicada em repositórios institucionais, embora possam estabelecer prazos de carência para isso.

É claro que em relação à correção não vamos indicar uma resposta “correta”. Através dos diferentes cenários, partimos para investigar questões de natureza moral. É condenável a «pirataria» de artigos? Não poder acessar de outra forma ou a relevância do artigo, é eticamente relevante? O amplo acesso legal ou a proibição explícita o tornam mais moralmente repreensível?

A ligação entre legalidade e moralidade tem sido amplamente discutida nas ciências sociais. Aqui recuperamos apenas algumas noções de teoria jurídica. Do ponto de vista do positivismo conceitual, o direito

existente é entendido como o direito vigente.¹⁰ Essa perspectiva jurídica separa a existência do direito da questão da justiça ou da injustiça do ponto de vista moral. Ou seja, possibilita uma avaliação moral externa das normas jurídicas. Nesse sentido, a lei atual pode ser injusta, e pode haver razões morais para desobedecê-la ou lutar por mudanças (Rivera López, 2015).

É este o caso da pirataria científica? A desobediência às leis de propriedade intelectual pelo uso de sites como o Sci Hub, sabendo que é ilegal, é devido à injustiça das normas vigentes? Que alterações legislativas devem ser consideradas?

Anderson (2018) distingue duas categorias de atos ilegais: aqueles que são considerados *mala prohibita* (atos que são tecnicamente ilegais, mas não moralmente errados) e aqueles que são considerados *mala in se* (“ruins em si”). Os primeiros são frequentemente proibidos principalmente para manter a segurança e a ordem (por exemplo, um limite de velocidade). Enquanto estes últimos são proibidos tanto para preservar a ordem social quanto porque representam comportamentos que a sociedade considera fundamentalmente errados (por exemplo, assassinato). Embora as sanções dos atos *mala in se* sejam muito mais importantes do que as da *mala prohibita*, às vezes a linha que separa alguns atos de outros não é muito clara. Uma das “áreas cinzentas” é justamente a das violações de direitos autorais no contexto das comunicações acadêmicas. É um caso de *malum prohibitum* ou *malum in se*? Faz sentido considerar a violação de direitos autorais como uma espécie de roubo ou como a quebra de uma regra mais ou menos arbitrária?¹¹

¹⁰ Em contraste com o jusnaturalismo, para quem a lei existente é a lei natural ou necessariamente justa.

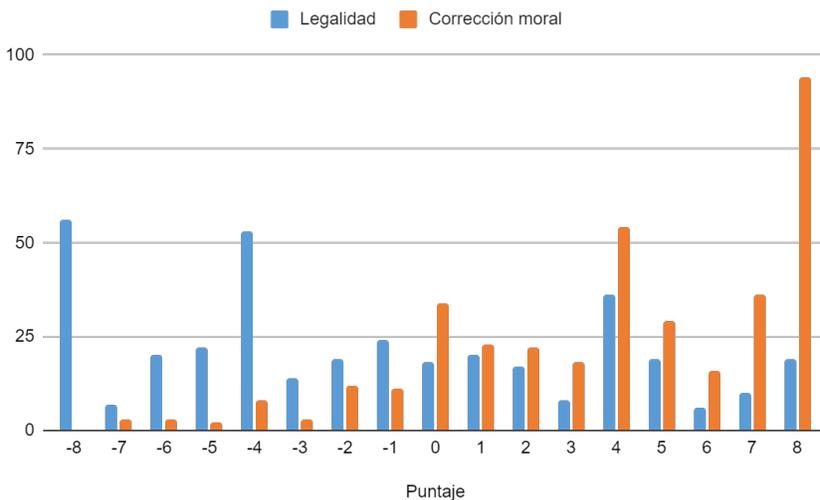
¹¹ Aqueles que consideram que isso é um ato *malum in se* argumentam que isso prejudica o titular dos direitos (os editores) e pode causar danos econômicos. Esta é a posição dominante nos regulamentos, uma vez que as violações de direitos autorais são caracterizadas como roubo de propriedade. Em contraste, aqueles que o consideram um ato *malum prohibitum* argumentam que não há dano ou que o dano mínimo que poderia ser causado é compensado pelo benefício potencial para muitos ao permitir o acesso ao conteúdo. Essa posição é sustentada por aqueles que consideram que o conhecimento acadêmico - em particular quando financiado com recursos públicos - deve ser tratado como um bem comum. Deste ponto de vista, a restrição causada pelo direito autoral

5.2 Resultados

Se observarmos a figura 6, notamos que nos três primeiros cenários as representações sobre a legalidade resultam em valores semelhantes: cerca de 45% consideram as ações em questão legais ou parcialmente legais. Por outro lado, aqueles relacionados à correção moral variam nos diferentes cenários, embora sempre permaneçam em níveis muito altos de aceitação. De fato, entre 64% e 95% da amostra, dependendo do cenário, consideram legítimo – correto ou parcialmente correto – baixar e circular literatura científica de qualquer forma (Sci-Hub, redes acadêmicas, etc.).

No mesmo sentido, se agruparmos as respostas nos quatro cenários em escalas de legalidade e correção moral (variando de -8 a 8), vemos que ao considerar a legalidade, 58% dos pesquisadores responderam valores negativos, enquanto em relação à moralidade, 89% o fizeram em valores positivos.

Figura 6. Separação entre a percepção de legalidade e correção moral



Fonte: elaboração própria.

é *malum in se*. E a violação destes, portanto, seria (na melhor das hipóteses) *malum prohibitum*, senão *bonum total* (Anderson, 2008).

Nos extremos, 56 pessoas (15%) consideraram as ações em todos os cenários ilegais, enquanto 19 (5%) consideraram as práticas em todos os cenários legais. Em contrapartida, nenhum respondente considerou que em todos os cenários a ação é moralmente errada. Ao contrário, 98 (27%) indicaram em todos os casos que a ação é legítima. A tabela 6 (abaixo) mostra isso com mais detalhes. Assim, observa-se uma separação fundamental entre legalidade e correção moral: para um grupo considerável dos que responderam à pesquisa, representar uma ação como ilegal não impede que ela seja considerada moralmente correta.

Qual a relação entre as diferenças de avaliação moral e jurídica e as ações apresentadas? Embora as representações sobre a legalidade permaneçam mais ou menos constantes em todos os cenários, as representações sobre a moralidade diminuem à medida em que os cenários progredem. Como pode ser visto, há uma forte legitimidade para o cenário um que é fortemente reduzida para o cenário dois. Esta queda é provavelmente explicada pela diferença das vias de acesso disponíveis: no primeiro caso, era a única via de acesso; no segundo, uma via legal alternativa estava disponível. Para um grupo de entrevistados (74), então, não ter outra via de acesso que não a ilegal poderia ser uma razão convincente para valorizar a ação como moralmente mais correta, ao passo que ter um acesso amplo a torna mais condenável.

Nos cenários três e quatro, as representações sobre a legalidade continuam em valores semelhantes aos dos cenários um e dois, enquanto as representações sobre a correção moral permanecem caindo. No cenário três, não se trata apenas de baixar (reproduzir) o trabalho, mas também de compartilhá-lo. Além disso, o acesso neste cenário é legal, ao contrário dos outros dois. Com base nos dados, podemos levantar a hipótese de que a queda no valor moral pode ser devido ao fato de o ato de compartilhar (comunicação pública) ser considerado menos legítimo do que baixar. Por sua vez, a relevância do artigo em questão pode ser uma razão convincente para avaliar positivamente o comportamento, o que pode explicar por que a queda não é tão abrupta. O cenário quatro é considerado o menos correto, embora a diferença com o anterior seja muito pequena. Nesse caso, o que é compartilhado é o próprio trabalho, mas sob uma proibição explícita de fazê-lo. Novamente, no campo hipotético, pode-se entender

que ou a proibição legal constitui uma razão para considerá-la mais problemática moralmente ou há uma confusão entre os níveis de legalidade e moralidade.

Agora, qual é a relação entre as representações sobre legalidade, correção e as demais variáveis em estudo? Com base na tabela 6 podemos aproximar algumas respostas.¹²

Tabela 6. Quartis de representações sobre legalidade e correção moral, segundo variáveis sociodemográficas e vias de acesso

Variáveis	> Legalidade	< Legalidade	> Correção	< Correção	Total
Legalidade	5.52	-6.92	0.37	-3.57	-1.27
Correção moral	6.18	2.93	8	-1.64	3.96
Acesso Ilegal	4.38	4.61	4.62	4.13	4.43
Acesso Legal Pago	1.84	2.64	2.02	2.86	2.36
Acesso legal gratuito	4.08	3.61	3.93	3.55	3.77
Não utilização da via ilegal	18	2	11	12	10

¹² Legalidade e correção moral são medidas em uma escala que vai de -8 a 8 (ver Metodologia). Os níveis de acesso são frequência de uso de diferentes caminhos de acesso, como médias baseadas em valores de 1 (nunca) a 5 (muito frequentemente). “Não utilização da via ilegal” refere-se ao percentual de pesquisadores que declaram não ter utilizado a via ilegal na questão dicotômica específica. Os “downloads anuais” apresentam uma média entre 1 (1 a 50) e 5 (mais de 500), enquanto os “downloads semanais” calculam a média dos valores absolutos dos downloads semanais declarados. “Escala CONICET” é uma referência ao lugar ocupado na escala institucional. Varia de 1 (bolsista de doutorado) a 8 (pesquisador emérito). “Área de Ciências Sociais” refere-se ao percentual de pesquisadores dessa grande área, que é a que apresenta maiores variações em relação à legalidade e correção moral. “Homens” refere-se àqueles que declaram o gênero masculino, que é a categoria que apresenta maiores diferenças. “Idade” refere-se à média da idade declarada. O “n” refere-se ao número de pesquisadores em cada grupo. A divisão em quartis assumiu um n de 92 em cada caso. No entanto, esse corte significou excluir do grupo observações com valores idênticos aos incluídos, então optou-se por utilizar os valores mais próximos do quartil em cada caso como linha de corte: > Legalidade: 8,7,6 e 5. <Legalidade -8,-7,-6,-5, >Correção Moral: 8, <Correção Moral -8,-7,-6,-5,-4,-3,-2,-1,0. A tabela carece dos testes correspondentes para estimar a significância da associação entre as variáveis, que esperamos adicionar na próxima versão deste trabalho.

Variáveis	> Legalidade	< Legalidade	> Correção	< Correção	Total
Downloads anuais	2.96	2.9	2.95	2.92	2.86
Downloads semanais	12.2	13.14	11.39	13.24	11.22
Escala CONICET	2.69	3.28	2.73	3.46	3.05
Área Ciências Sociais (%)	48	28	44	21	30
Homens (%)	31	46	53	42	41
Idade	38.44	40.07	37.67	41.54	39.27
n	90	105	94	76	91,25

Fonte: elaboração própria.

Aqueles que consideram em maior medida que todas as condutas expostas nos quatro cenários são legais tendem, relativamente ao total, a julgá-las também como moralmente corretas, a recorrer menos ao acesso legal pago e à via ilegal, e de certa forma recorrer mais ao acesso legal gratuito. No grupo, destacam-se os pesquisadores de menor escalão (média entre pós-doutorandos e pesquisadores assistentes), menor proporção de homens e maior presença das ciências sociais e humanas. Em contraste, o grupo dos que mais julgam as práticas descritas como ilegais também as considera em termos relativos menos moralmente corretas, é ínfima entre eles a não utilização de vias de acesso ilegais e há uma presença relativamente menor daqueles que investigam em ciências sociais.

Da perspectiva da correção, conforme indicado, o grupo que mais considera que as ações são moralmente corretas (inteiramente composto por aqueles que identificaram que as condutas estão corretas nos quatro cenários) tende a julgar as ações como mais legais que a média, declaram usar um pouco mais o acesso legal pago, estão relativamente mais abaixo na Escala CONICET, apresentam maior presença de ciências sociais e homens (este último em oposição ao grupo que julga maior legalidade).

Por fim, como também foi apontado, o grupo que expressa menos aceitação da correção moral não é muito extremo na condenação, e também julga uma ilegalidade nos comportamentos maior do que a média,

possui uma classificação um pouco superior na Escala CONICET e revela uma baixa participação da área das ciências sociais.

6 PUBLICAÇÕES

Esta seção explora se existem comportamentos diferenciais em relação às vias de acesso e outras variáveis para as quais temos informações. Os que mais publicam são os que dizem que acessam com mais frequência a literatura ilegalmente de forma gratuita? Ou é o contrário? Existe relação entre prioridades na escolha de um periódico/editor para publicar sua pesquisa e vias de acesso? Quem costuma usar a via ilegal compartilha mais de suas produções fora da publicação?

6.1 Produtividade

Em 2019-2020, aqueles que responderam à pesquisa¹³ disseram ter publicado, em média, entre quatro e cinco artigos (média: 4,8). Ao considerar os cargos que ocupam na instituição, foi encontrada uma correlação parcial entre o número de trabalhos declarados e a hierarquia (Tau b 0,45). Em suma, a produção é maior nas posições mais altas. E expressou-se uma disparidade de gênero: os homens afirmaram publicar até um artigo a mais que as mulheres (média de homens: 5,3; média de mulheres: 4,3). Agora, que características têm aqueles que dizem que publicam mais e aqueles que publicam menos? Quantos artigos geralmente acessam? Usam mais uma via de acesso que outra?

Para avançar nessa análise, os pesquisadores foram divididos em quartis (Tabela 7). Aqueles que indicaram que publicaram menos artigos em dois anos (quartil um) publicaram em média 1,2 artigos, o que pode estar relacionado, em parte, ao fato de o grupo ser composto majoritariamente por bolsistas de doutorado (53%). No que diz respeito à área disciplinar em relação à amostra, este quartil apresenta maior representação das Ciências Biológicas e da Saúde (32%) e menor das Ciências Sociais e Humanas (18%). A proporção de mulheres (62%) também se destaca.

¹³ Seis respondentes não preencheram esta seção, que teve, portanto, 362 respostas.

Em média, esse grupo fez o download de quase nove documentos em uma semana padrão. Em relação às vias de acesso, a mais utilizada é a ilegal (88%), superando ligeiramente a amostra, e é acessada em menor escala pela via legal paga (81% contra 76%). Da mesma forma, os canais de acesso direto (19% contra 31% do total) e de acesso legal gratuito (53% contra 60,5% do total) são utilizados com menor frequência.

No outro extremo, no quartil quatro, estavam as pessoas que publicaram em média dez artigos em dois anos. A maioria ocupa o cargo de Adjunto (28%) e Independente (22%). Da mesma forma, o quartil inclui quase todos os principais pesquisadores da amostra (15%). Em relação à área disciplinar, observou-se que o percentual de pesquisadores das Ciências Exatas e Naturais (30%) e das Ciências Sociais e Humanas (32%) é ligeiramente superior ao da amostra. Enquanto isso, a proporção de mulheres também é menor (45% contra 54% da amostra). Esse grupo acessou uma média de dezesseis documentos em uma semana padrão. Ao cruzá-lo com as vias de acesso, não foram encontradas diferenças importantes em relação aos percentuais totais da amostra.

Tabela 7. Quartis de publicação segundo variáveis demográficas e vias de acesso (n=362).

Variável	Q1	Q2	Q3	Q4	Amostra
Média de publicações em dois anos	1,2	3,1	4,8	9,9	4,8
Média de downloads em uma semana padrão	8,7	8,3	11,4	15,9	11,1
% via ilegal (frequentemente – muito frequentemente)	88%	78%	89%	85%	85%
% via ilegal (nunca-raramente-ocasionalmente)	12%	22%	11%	15%	15%
% via legal paga (frequentemente - muito frequentemente)	19%	29%	21%	28%	24%
% via legal paga (nunca-raramente-ocasionalmente)	81%	71%	79%	72%	76%
% acesso aberto (frequentemente - muito frequentemente)	53%	63%	67%	59%	60,5%

Variável	Q1	Q2	Q3	Q4	Amostra
% acesso aberto (nunca-raramente-ocasionalmente)	47%	37%	33%	41%	39,5%
% redes sociais (frequentemente - muito frequentemente)	19%	34%	31%	38%	31%
% redes sociais ou solicitando ao autor (nunca-raramente-ocasionalmente)	81%	66%	69%	62%	69%
% bolsistas	53%	30%	9%	4%	24%
% mulheres	62%	53%	58%	45%	54%
Total investigadores	90	90	90	92	362

Fonte: elaboração própria.

Em linhas gerais, percebe-se que não há associação entre produtividade e formas de acesso à literatura científica. Há, porém, uma pequena variação entre os que menos publicam: alegam usar menos tanto o acesso aberto quanto a via legal paga, enquanto acessam um pouco mais pela via ilegal.

6.2 ESCOLHA DA PUBLICAÇÃO

A pesquisa questionou sobre os aspectos considerados prioritários na hora de escolher onde publicar um trabalho. Para tanto, foram incluídas cinco opções, das quais até duas poderiam ser escolhidas. As que receberam mais respostas estão relacionadas ao reconhecimento disciplinar: 74% apontaram indicadores bibliométricos de impacto medidos em citações e 39% indicaram o prestígio da publicação. Por outro lado, 56% priorizaram a opção de que não haja custos de publicação e 11% que os preços sejam acessíveis. Ao considerar as grandes áreas disciplinares e a amostra total, observou-se que estas duas últimas opções foram selecionadas por um maior número de indivíduos das áreas de Ciências Agrárias, Engenharia e Materiais e Ciências Biológicas e da Saúde. A opção

relacionada à política de acesso aberto foi selecionada por 11%, sendo a maioria pessoas da área de Ciências Sociais (66%).

No que tange aos objetivos deste trabalho, indagou-se se havia relação entre a priorização de alguns aspectos com as diferentes vias de acesso. Quem prioriza não cobrar pela publicação utiliza com mais frequência a via ilegal? Quem coloca as políticas de acesso aberto antes de outras questões usa essa via com mais frequência? Aqueles que priorizaram o reconhecimento acessam com mais frequência pela via legal paga?

Ao cruzar a via ilegal com cada aspecto contemplado, as variações em relação à amostra não foram muito significativas. O mais notável é que aqueles que utilizam frequentemente a via de acesso legal gratuito coincidem com aqueles que colocam a política de acesso aberto em primeiro lugar na hora de escolher onde publicar (80% contra 61% da amostra). Enquanto isso, aqueles que optaram por opções relacionadas ao reconhecimento têm as mesmas formas de acesso à literatura que o restante da amostra.

Por fim, nos interessou conhecer a predisposição dos pesquisadores em compartilhar suas produções de forma livre e gratuita na web. Apenas 27% indicaram não compartilhar suas postagens antes ou depois da publicação, enquanto o restante indicou pelo menos uma das opções ou completou a outra. Do total, 46% afirmaram fazê-lo em repositórios institucionais, o que garante que esteja disponível em acesso aberto, e 49% em redes sociais acadêmicas ou sites pessoais.

É interessante notar que aqueles que acessam com mais frequência os textos por meio de canais ilegais não fazem upload de suas produções em sites para disponibilizá-las gratuitamente. Enquanto isso, aqueles que colocam seus trabalhos em repositórios (46%) estão um pouco mais associados àqueles que acessam com frequência por meios legais (55%). Assim, o fato de acessarem com maior frequência por sites ilegais não está relacionado às ações de divulgação que realizam de sua produção.

Em síntese, observa-se que esses indivíduos colocam suas produções em dois espaços: repositórios institucionais (onde a legislação nacional os obriga) e redes sociais ou sites pessoais (que são, segundo outros

estudos, os sites mais utilizados por pesquisadores para divulgar seu trabalho). As formas de acesso aos textos acadêmicos não estão vinculadas à divulgação de suas produções na web para consulta gratuita.

CONCLUSÕES

O estudo empírico realizado permitiu detectar um uso massivo e generalizado do acesso ilegal à literatura científica entre pesquisadores da Argentina que trabalham no CONICET de diferentes áreas do conhecimento, regiões geográficas, idades e gêneros. Entre os achados mais notáveis, destaca-se, por um lado, que o uso da modalidade de acesso ilegal não suplanta, mas coexiste com o uso de canais legais. Por outro lado, há uma dissociação marcante entre a representação quanto à legalidade e a percepção de correção quanto ao acesso e divulgação da literatura científica protegida por direitos autorais. Em outras palavras, que uma ação seja considerada ilegal não implica que ela também seja avaliada como errada. Em terceiro lugar, as motivações que explicam o uso massivo de vias ilegais combinam aspectos práticos e avaliativos. Entre os primeiros, destacam-se a impossibilidade de acesso de outra forma e a facilidade de uso em relação aos serviços jurídicos. Entre estes, destaca-se a rejeição do negócio editorial em torno da literatura científica (embora não tenha se estabelecido posteriormente como o principal critério na escolha do local de publicação).

Este trabalho tem várias limitações. Em primeiro lugar, os pesquisadores do CONICET são um grupo importante, mas não representativo do total dos que investigam na Argentina, de modo que as conclusões não podem ser extrapoladas para além desse universo. Em segundo lugar, a análise que foi feita é preliminar e requer maior refinamento estatístico. Terceiro, as descobertas de nosso trabalho de campo não foram vinculadas no texto com as descobertas da literatura internacional. Versões futuras deste trabalho terão que resolver esses problemas. Esperamos, posteriormente, poder contrastar os dados obtidos com as práticas e representações em outras organizações científicas, tecnológicas e educacionais. Da mesma forma, está em estudo a possibilidade de replicar essa

pesquisa em nível internacional para melhor avaliar as características apresentadas pelos pesquisadores do CONICET.

Outra limitação refere-se à inserção da dinâmica estudada no futuro capitalista. Embora o acesso através de *paywalls* continue sendo importante, o negócio editorial está migrando rapidamente para o modo de acesso aberto dourado corporativo (ou seja, cobrando dos autores). É um movimento que inclui, mas supera a indústria editorial acadêmica e é característico da segunda fase do capitalismo informacional (YouTube, WhatsApp, Coursera, Red Hat, entre outros). O lucro surge cada vez mais da abertura e menos dos fechamentos. Os produtos de acesso aberto estão se tornando difundidos em parte como resposta à incapacidade de limitar as traduções não pagas de conhecimento, particularmente cópias ilegais de informações digitais. Não incorporamos a relação entre acesso ilegal gratuito, tendências de publicação e esses modelos de ganhos baseados em abertura, mas esperamos fazê-lo em trabalhos futuros.

Por fim, este trabalho abre caminho para futuras linhas de pesquisa sobre uma possível tensão entre os direitos de propriedade intelectual e o direito de investigar e as vantagens que as traduções não pagas de conhecimento podem ter para o campo científico. Conforme analisado, a publicação científica se enquadra na órbita dos direitos autorais, respaldada por um importante arcabouço jurídico internacional e nacional. Nos casos em que a pesquisa é publicada por editoras privadas, geralmente é solicitada a transferência exclusiva dos direitos de reprodução, para que a titularidade dos direitos sobre o conhecimento passe dos cientistas para os editores. Vários tratados internacionais estabelecem o escopo dos direitos autorais, bem como permitem que os membros estabeleçam algumas limitações e exceções. A maior parte da legislação mundial está de acordo com esses regulamentos globais. Mas, enquanto alguns países fazem uso de flexibilidades para favorecer processos internos de desenvolvimento, outros têm uma estrutura legal muito rígida e inclusive, como no caso argentino, mais restritiva do que a norma internacional.

O acesso a publicações científicas é fundamental para a tarefa investigativa. Conforme discutimos nas seções quatro e cinco, os pesquisa-

dores usam uma variedade de vias para acessar o material de que precisam, independentemente de sua legalidade. Os direitos de propriedade intelectual às vezes constituem uma barreira ao acesso e podem colidir com outros direitos. Por exemplo, evidências empíricas no campo da medicina mostram que a falta de acesso dificulta a pesquisa, enquanto as exceções de direitos autorais a tornam mais fácil, e que o acesso precário à literatura médica em países de baixa renda diminuiu a produção publicada (Adcock e Fottrell, 2008; Gowers, 2006).

Em vez disso, a apropriação não paga do conhecimento em várias formas pode melhorar muito o acesso. Chegou-se mesmo a propor o abandono de denominações como “exceções para pesquisa” ou “para estudo pessoal” para se referir a um “direito à pesquisa”, a fim de melhor indicar a relação direta dessas atividades com os direitos fundamentais (Flynn et al., 2020). O direito de investigar inclui atos de troca e comunicação de informações entre pesquisadores, necessários para permitir a colaboração, validar o conhecimento e acelerar o progresso científico (Díaz Charquero, 2021).

Assim, o direito de investigar coincide com a história do desenvolvimento econômico no que diz respeito à importância das traduções não pagas do conhecimento nos processos de acumulação cognitiva. A tradução gratuita do conhecimento não é uma exceção aleatória, um mal circunstancial, mas um componente bem conhecido dos processos de desenvolvimento. Naturalmente, cabe a quem exerce a função pública definir as formas, valores e circunstâncias em que ela deve ser administrada. Mas este trabalho mostrou que pelo menos os cientistas e as cientistas do CONICET declaram ter práticas nas quais – tácita ou explicitamente – reconhecem a importância da tradução não remunerada do conhecimento. Qualquer estratégia sobre o desenvolvimento do conhecimento produtivo argentino, sobre ciência, tecnologia e inovação locais, deve abordar esse debate o quanto antes.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Financiamento

Os autores não receberam apoio financeiro específico para a pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Dados de pesquisa

Os dados estarão disponíveis em acesso aberto em breve no Portal de Dados Primários de Acesso Aberto de Ciência e Tecnologia da Argentina (DACyTAR) <https://dacytar.mincyt.gob.ar/> de acordo com as disposições da Lei Nacional 26.899.

REFERÊNCIAS

ADCOCK J.; FOTTRELL E. (2008). The North-South information highway: case studies of publication access among health researchers in resource-poor countries. **Glob Health Action**, 13(1). <https://doi.org/10.3402/gha.v1i0.1865>

ANDERSON, R. (2018). **Is Copyright Piracy Morally Wrong or Merely Illegal?** The Malum Prohibitum/Malum in Se Conundrum [mensagem em el blog The Scholarly Kitchen]. Recuperado de <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2018/04/30/copyright-piracy-morally-wrong-merely-illegal-malum-prohibitum-malum-se-conundrum/>. Acesso em: 09 out. 2021.

BOHANNON, J. (2016). Who's downloading pirated papers? Everyone. **Science**, 352(6285), 508-512. <https://doi.org/10.1126/science.352.6285.508>

BOUTANG, Y. M. (2011). **Cognitive Capitalism**. Cambridge: Polity Press.

BONGIOVANI, P. C.; GUARNIERI, G.; BABINI, D.; LÓPEZ, F. A. (2014). Acceso abierto en la Universidad Nacional de Rosario. Necesidades y prácticas de los docentes/investigadores. **Información, Cultura y Sociedad**, 30, 13-33. <https://doi.org/10.34096/ics.i30.664>

Budapest Open Access Initiative (2002). Recuperado 24 de mayo de 2021, de <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

CASTELLS, M. (1996). **The Rise of the Network Society**. Vol. I of The Information Age: Economy, Society and Culture. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell.

Cátedra Libre Ciencia, Política y Sociedad (2018). Publicaciones científicas. Ciencia, tecnología y política, 1(1), e005. <https://doi.org/10.24215/26183188e005>

DÍAZ CHARQUERO, P. (2021). Flexibilidades al derecho de autor en América Latina. **Datysoc y Fundación Karisma**. Recuperado de <https://datysoc.org/wp->

-content/uploads/2021/04/Flexibilidades-DDAA-Latam.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

FLYNN, S.; GEIGER, C.; QUINTAIS, J.; MARGONI, T.; SAG, M.; GUIBAULT, L.; CARROLL, M. W. (2020). Implementing user rights for research in the field of artificial intelligence: A call for international action (SSRN Scholarly Paper ID 3578819). **Social Science Research Network**. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3578819>

FLYNN, S.; PALMEDO, M. (2017). **The User Rights Database**: Measuring the Impact of Copyright Balance (December 4, 2017). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3082371>

FUCHS, Ch. (2010). Labor in informational capitalism and on the Internet. **The Information Society**, 26 (3),179-96.

FUSHIMI, M., PENÉ, M. G., SANLLORENTI, A. M., y UNZURRUNZAGA, C. (2021). Repositorios universitarios argentinos en coyuntura: desarrollo y perspectivas de sus gestores. **Ciencia, Docencia y Tecnología**, 32(62). <https://doi.org/10.33255/3262/924>

GARDNER, G.J., MCLAUGHLIN, S.R., y ASHER, A.D. (2017). **Shadow libraries and you**: Sci-hub usage and the future of ill. En ACRL 2017, Baltimore, Maryland, March 22–25, 2017. Recuperado de <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/conferences/confsandpreconfs/2017/ShadowLibrariesandYou.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

GUÉDON, J. (2011). El acceso abierto y la división entre ciencia “principal” y “periférica”. **Crítica y Emancipación**, 6, 135-180. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/11889704.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

GONZÁLEZ-SOLAR, L.; FERNÁNDEZ-MARCIAL, V. (2019). Sci-Hub, a challenge for academic and research libraries. **El profesional de la información**, 28(1), e280112. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.12>

GOWERS, A. (2006). **Gowers Review of Intellectual Property**, HMSO. Recuperado de https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/d/pbr06_gowers_report_755.pdf. . Acesso em: 09 out. 2021.

GRESHAKE, B. (2016). Correlating the Sci-Hub Data with World Bank Indicators and Identifying Academic Use. **The Winnower**, 3, e146485.57797. <https://doi.org/10.15200/winn.146485.57797>

HARO SLY, M.; LIAUDAT, S. (2021). ¿Qué Podemos aprender de China en política científica y tecnológica? **Ciencia, tecnología y política**, 4 (6), e052. <https://doi.org/10.24215/26183188e052>

KJELLSTRÖM, Z. (2019). **Black Open Access in Sweden**: A study on the perceptions on and usage of illicit repositories of academic documents [Tesis de maestría, Universidad de Lund, Suecia].

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. (2015) The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. **PLoS ONE**, 10(6), e0127502. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>

LIAUDAT, S. (2021). **Stevia**: conocimiento, propiedad intelectual y acumulación de capital. Buenos Aires: Prometeo.

LIAUDAT, S.; TERLIZZI, S.; ZUKERFELD, M. (2020) Piratas, virus y periferia: la apropiación impaga de conocimientos en el capitalismo, del PLACTS a la COVID-19. **Argumentos**, 22, 40-81.

LUND, A., y ZUKERFELD, M. (2020). **Corporate's use of openness**: profit for free? Londres: Palgrave MacMillan.

MACHIN-MASTROMATTEO, J.D.; URIBE-TIRADO, A.; ROMERO-ORTIZ, M.E. (2016). Piracy of scientific papers in Latin America: An analysis of Sci-Hub usage data. **Information Development**, 32(5), 1806-1814. <https://doi.org/10.1177/0266666916671080>

MONTI, C., y UNZURRUNZAGA, C. (2021). Acceso a la literatura científica desde Sci-Hub. **Hipertextos**, 8(14), 111-136. <https://doi.org/10.24215/23143924e022>

NICHOLAS, D.; BOUKACEM-ZEGHMOURI, C.; XU, J.; HERMAN, E.; CLARK, D.; Abrizah, A.; ... ŚWIGOŃ, M. (2019). Sci-Hub: The new and ultimate disruptor? View from the front. **Learned Publishing**, 32(2), 147-153. <https://doi.org/10.1002/leap.1206>

POSADA, A.; CHEN, G. (2018). Inequality in Knowledge Production: The Integration of Academic Infrastructure by Big Publishers. **ELPUB** 2018, Jun 2018, Toronto, Canadá. <https://doi.org/10.4000/proceedings.elpub.2018.30.hal-01816707>

RIVERA LÓPEZ, E. (2015). Derecho y bioética. En J. L. Fabra Zamora y E. Spector (Eds.), **Enciclopedia de Filosofía y Teoría del Derecho** (Vol. 3). México DF: Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM. Recuperado de <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/8/3876/28.pdf>. Acceso em: 09 out. 2021.

TRAVIS, J. (2016). In survey, most give thumbs-up to pirated papers. **Science news**, May 6th. <https://doi.org/10.1126/science.aaf5704>

TRUCCO, M. F. (2007). Relaciones entre el derecho internacional y el derecho interno. **Sistema Argentino de Información Jurídica** (SAIJ). Id SAIJ: DASF070025. Recuperado de http://www.saij.gob.ar/doctrina/dasf070025-trucco-relaciones_entre_derecho_internacional.htm. Acceso em: 09 out. 2021.

VERCELLONE, C. (2011). **Capitalismo cognitivo**: renta, saber y valor en la época posfordista. Buenos Aires: Prometeo.

ZUKERFELD, M. (2016). La piratería Des-comunal: Los orígenes de la acumulación capitalista de conocimientos. **Con-Ciencia Social**, 20, 31-41.

ZUKERFELD, M. (2017). **Knowledge in the Age of Digital Capitalism**: An Introduction to Cognitive Materialism. Londres: University of Westminster Press.

ZUKERFELD, M.; Liaudat, S.; Terlizzi, M.S.; Monti, C.; Unzurrunzaga, C. (2021). **Un fantasma recorre la ciencia, el fantasma de la piratería**. Prácticas y representaciones acerca del acceso a la literatura científica [Informe preliminar de investigación]. Recuperado de <https://bit.ly/PyDG21>. Acesso em: 09 out. 2021.